

CEB Participações S.A.

Demonstrações financeiras em 31/12/2020 e
Relatório dos Auditores Independentes

Março de 2021

1) A Nota explicativa nº 7 demonstra o investimento da CEBPar na Corumbá Concessões S.A. com participação de 1,5355% (1,5172% em 2019), representando R\$5,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$4,9 milhões em 31 de dezembro de 2019). Esta investida apresenta em 31 de dezembro de 2019 capital circulante líquido negativo de R\$67 milhões (R\$49 milhões em 31/12/2019), passivos relevantes com Debêntures no montante de R\$144 milhões (R\$216 milhões em 31/12/2019), além de possuir índice

Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

Ênfases

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Base para Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras da CEB Participações S. A. ("Companhia" ou "CEBPar"), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Participações S. A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião

Aos Senhores Conselheiros e Diretores da
CEB Participações S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de liquidez geral de 0,33 em 31 de dezembro 2019), por outro lado a investida apresentou lucro líquido de R\$97 milhões em 2020 (R\$20 milhões em 2019). A geração de resultado do investimento da CEBPar na Corumbá Concessões está condicionada à obtenção pela investida de resultados futuros em montante suficiente para a amortização de seu passivo, em especial das Debêntures, para redução gradual do custo financeiro. Essa investida mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas, basicamente envolvendo venda de energia para a CEB Distribuição, empresa do mesmo grupo econômico. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto.

2) Conforme descrito na Nota explicativa nº 27, o Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei 5.577 que autorizou a CEB Participações a vender a sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEB-CEMIG. Por outro lado, no dia 19 de junho de 2019 a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Energética de Brasília deliberou alterar o seu plano de negócios para o período de 2019 a 2023 para interromper a alienação das participações societárias em sociedades geradoras de energia, incluindo as participações mantidas pela CEB Participações S.A.. Neste momento, não nos é possível determinar os eventuais efeitos futuros de uma provável alteração de controle da Companhia sobre suas demonstrações financeiras, caso este evento venha ocorrer.

Outros assuntos

- 1) A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa Demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa Demonstração foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, os assuntos descritos na seção “Ênfases” supra também são aplicáveis à essa Demonstração.
- 2) As demonstrações financeiras da CEBPar referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós e sobre as quais emitimos relatório datado de 13 de março de 2020 sem ressalvas, mas contendo os mesmos assuntos descritos acima na seção “Ênfases” supra.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o Relatório dos Auditores

A Administração da CEBPar é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa Opinião sobre as demonstrações financeiras não

abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 5 de março de 2021

TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes

CRC MG 5.194



Domingos Xavier Teixeira
Sócio e Diretor Executivo
Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
S/A Area de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

CONTEÚDO

2	Balanco Patrimonial
3	Demonstração do Resultado.....
4	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....
5	Demonstração dos Fluxos de Caixa
6	Demonstração do Valor Adicionado
7 – 37	Notas explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias.....



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
S/A Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO		PASSIVO				
Nota	31/12/2020	31/12/2019	Nota	31/12/2020	31/12/2019	
Ativo Circulante			Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.530	12.473	10	189	121
Concessionários e permisscionários	4	5.308	3.119		122	105
Impostos a recuperar		41	41	11	412	363
Repactuação do Risco Hidrológico	5	76	76	14.2	7.617	6.409
Empréstimos com parte relacionada	6	56	389	12	714	617
Serviços em curso	12	460	366	13	372	256
Aplicações financeiras	23	-	484		9.426	7.871
Outros créditos		230	139			
		18.701	17.087			
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante			
Cauções e depósitos vinculados		103	103	22	2.367	2.258
Empréstimos com parte relacionada	6	-	203		2.367	2.258
Repactuação do Risco Hidrológico	5	849	925			
Realizável a Longo Prazo		952	1.231		11.793	10.129
			Patrimônio Líquido			
Investimentos	7a)	5.821	4.867	14.1	21.270	21.270
Imobilizado	8	18.765	19.022	14.2	11.871	11.566
Intangível	9	644	707		(51)	(51)
		26.182	25.827		33.090	32.785
Total do Ativo		44.883	42.914		44.883	42.914
			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	15	20.279	26.143
Custo com energia elétrica e operação	16	(4.175)	(8.122)
Lucro operacional bruto		<u>16.104</u>	<u>18.021</u>
Receitas/ (Despesas) Operacionais	17	(2.161)	(2.469)
Gerais e administrativas	7	1.495	389
Resultado de equivalência patrimonial		<u>15.438</u>	<u>15.941</u>
Resultado Financeiro	18	1.001	909
Receitas financeiras		(40)	(36)
Despesas financeiras		<u>961</u>	<u>873</u>
Resultado antes dos tributos		<u>16.399</u>	<u>16.814</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	19	(723)	(816)
Imposto de Renda		(345)	(400)
Contribuição Social		<u>(1.068)</u>	<u>(1.216)</u>
Lucro do Período		<u>15.331</u>	<u>15.598</u>
Lucro Básico e Diluído por Ação		0,7208	0,7333

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
 S/A Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
 CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
 Telefone: (61) 3465-9300

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.270	3.377	6.945	-	-	31.592
Operações com acionistas:						
Dividendos declarados 2018 e pagos	-	-	(6.945)	-	-	(6.945)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	15.598	15.598
Dividendos Intercalares 2019	-	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Constituição da Reserva Legal	-	780	-	-	(780)	-
Dividendos declarados 2019	-	-	-	-	(6.409)	(6.409)
Dividendos adicionais propostos 2019	-	-	7.409	-	(7.409)	-
Ajuste a Avaliação Patrimonial	-	-	-	(51)	-	(51)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.270	4.157	7.409	(51)	-	32.785
Operações com acionistas:						
Dividendos declarados 2019 e pagos	-	-	(7.409)	-	-	(7.409)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	15.331	15.331
Constituição da Reserva Legal	-	97	-	-	(97)	-
Dividendos declarados 2020	-	-	-	-	(7.617)	(7.617)
Dividendos adicionais propostos 2019	-	-	7.617	-	(7.617)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.270	4.254	7.617	(51)	-	33.090

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
S/A Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DI RETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica	19.183	23.308
Recebimento pela Prestação de Serviços	863	829
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	367	474
Venda Energia - MCP	318	1.620
Recebimento de Juros e Encargos	-	2
Saídas:	20.731	26.233
Operações com Energia Elétrica	(1.253)	(1.204)
Fornecedores de Materiais e Serviços	(2.685)	(3.114)
Salários, Remuneração e Encargos	(1.526)	(1.469)
Compensação de Recursos Hídricos	(523)	(404)
Pagamento de Tributos	(1.973)	(2.398)
Encargos Setoriais	(303)	(331)
Outros	(1)	(1)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	12.467	17.312
Atividades de Investimento		
Entradas/Saída:		
Recebimento de dividendos	488	89
Recebimento do principal - CDB	626	-
Recebimento do principal - Mútuo	554	158
Aquisição de Ações	(55)	-
Aquisição de imobilizado	(205)	(172)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	1.408	75
Atividades de Financiamento		
Entradas:		
Pagamento de dividendos	(13.818)	(11.890)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamentos	(13.818)	(11.890)
Aumento (Redução) do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	57	5.497
Demonstração da variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	12.473	6.976
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	12.530	12.473
	57	5.497

As notas explicativas são partes integrantes da demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
1 - Receitas		
Venda de Energia Elétrica	21.139	27.125
Prestação de Serviços	922	884
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	22.061	28.009
Serviços de Terceiros	(2.587)	(2.857)
Taxa de Fiscalização ANEEL	(56)	(56)
Operações com Energia elétrica	(43)	(3.774)
Repactuação do risco hidrológico	(76)	(76)
Custo Pelo Uso do Sistema de Distribuição	(1.256)	(1.188)
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	(548)	(361)
Outras Despesas	(95)	(551)
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	17.400	19.146
4 - Retenções		
Depreciação	(712)	(712)
Amortização	(64)	(64)
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido (3-4)	16.624	18.370
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras	1.001	909
Equivalência Patrimonial	1.496	389
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	19.121	19.668
8 - Valor Adicionado Total Distribuído		
Pessoal e Encargos	1.635	1.496
Despesas Financeiras	40	36
Impostos, Taxas e Contribuições	2.115	2.538
Resultado do período	15.331	15.598
	80%	79%
	11%	13%
	0%	0%
	9%	8%
	%	%
	19.121	19.668

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
S/A Area de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e Informações gerais

1.1. Objetivo social

A CEB Participações S. A. ("CEBPar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB. Foi constituída em 26 de janeiro de 2000 e autorizada a funcionar através da Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997. Tem a sua sede social localizada na cidade de Brasília-DF.

A CEBPar tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissões de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Atualmente, a CEBPar participa da empresa Corumbá Concessões, S.A. atualmente com 1,5355% de seu capital (Nota 7.a) e no Consórcio CEMIG-CEB, responsável pela Usina Hidroelétrica de Queimado – UHE Queimado, com 17,5% do Consórcio. (Nota 1.3).

1.2. Concessão

O contrato de concessão nº 06/97 foi firmado em 18 de dezembro de 1997 entre a União e o Consórcio CEMIG-CEB ("Consórcio"), para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os municípios de Unai, no Estado de Minas Gerais e Cristalina, no Estado de Goiás, denominado UHE Queimado, com potência mínima instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unai 3, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

O prazo de Concessão de aproveitamento hidrelétrico é de 35 (trinta e cinco) anos contado a partir de 1997, restando 12 anos para o seu final, que é prorrogável a critério exclusivo do Poder concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias partes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do seu término. Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados ao Aproveitamento Hidrelétrico e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, aos Concessionários, dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente.

A energia elétrica gerada pela UHE Queimado é para uso exclusivo das partes concessionárias, na condição de produtores independentes, na proporção da sua participação na formação do consórcio CEMIG-CEB como segue:

Concessionárias		Participação
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG		82,5%
Companhia Energética de Brasília – CEB		17,5%
Total		100,0%

A Sociedade adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL. Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias

A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004 com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW e energia assegurada de 67,90 MW. No exercício de 2020 a UHE Queimado produziu 63,92 MW médios, ou seja, 94% da sua garantia física (43,34 MW médios gerados no mesmo período de 2019, 64% de sua garantia física).

De acordo com a primeira subcláusula da cláusula terceira do Contrato de Concessão nº 06/97 ANEEL, a CEB Participações S.A. comercializa a energia produzida na sua cota-parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037. Os contratos de venda de energia foram realizados em período superior ao da concessão, que se encerra em 2032, sendo que a Administração da Companhia entende que, caso a concessão não seja prorrogada em nome do Consórcio CEMIG – CEB, a obrigação dos contratos de venda de energia será repassada à Entidade que assumir a concessão da UHE Queimado.

Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos da consorciadas. medida em que tais recursos são necessários e na proporção de sua participação no consórcio. Portanto, para o Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei nº 6.404/76 e sua constituição foi feita de acordo com o artigo 279 desta Lei. O Consórcio não gera receita de venda de energia. As despesas necessárias à operação e manutenção da usina são diretamente suportadas pelas empresas consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de sua participação no consórcio. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos da consorciadas.

A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as consorciadas, através de duas Diretorias, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação, a cargo da CEMIG Geração e Transmissão, além de um Conselho Deliberativo.

S.A. Consórcio CEMIG – CEB, composto atualmente por CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEB Participações A participação de cada consorciada segue a proporção definida no Contrato de concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio CEMIG – CEB, composto atualmente por CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEB Participações S.A. Consórcio CEMIG – CEB, composto atualmente por CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEB Participações S.A.

A CEMIG e a CEB constituíram em 1997 o Consórcio CEMIG – CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (AHE Queimado), hoje UHE Queimado, nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A CEMIG é considerada Líder do Consórcio e é a responsável perante a ANEEL pelo cumprimento das obrigações descritas do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEB.

1.3. Consórcio CEMIG - CEB

A Companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa – DFC pelo método direto nos termos da CPC 03 (R2). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o Caixa líquido das atividades operacionais na Nota Explicativa nº 26.

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado – DVA nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas.

A CEBPar avaliou os eventos subsequentes até 05 de março de 2021, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras demonstradas em 31 de dezembro de 2020.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e utiliza na preparação das demonstrações financeiras intermediárias é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativos financeiros (Aplicações financeiras e contas a receber): São avaliados quanto à sua recuperabilidade periodicamente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do organismo até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão

4
a
b

a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Não foram identificadas evidências de perdes não recuperáveis nesses ativos.

ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros

iii) Amortização de ativos tangíveis e intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisitos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota 8 e 9).

iv) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE

A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes estimados pela sua área técnica das liquidações ativas e passivas baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem ou não diferir os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2020 sendo que já foram considerados pela CCEE e encaminhados para a Entidade.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa 3).

2.6. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Companhia na gestão dos seus ativos financeiros. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a CEB Participações se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

i) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de Concessão e Permissões (Nota explicativa 4).

ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 3). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

iv) Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.7. Concessionárias e Permissões

O valor incluso nesta conta representa a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCBB (Nota Explicativa 4).

2.8. Investimentos

i) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

iii) Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto.

iii) Consórcio – UHE Queimado

A Companhia registra a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio de acordo com a correspondente participação devida no consórcio, uma vez que estes investimentos são considerados “joint operations”, de acordo com os requerimentos do IFRS 11.

2.9. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos bens do Ativo Imobilizado estão demonstradas na Nota explicativa 8.

2.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota 9).

2.11. Passivos financeiros

Os passivos financeiros podem ser classificados como Custo amortizado ou Valor justo por meio do resultado. A Companhia possui somente passivos financeiros classificados como Custo Amortizado, sendo reconhecidos

inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento e baixados quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros classificados como Custo Amortizado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota 10), Impostos e contribuições sociais (Nota 11), Pesquisa e desenvolvimento (Nota 12) e demais obrigações (Nota 13).

2.12. Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13. Impostos e contribuições sociais

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são apurados de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido no exercício de 2020 e o imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado

2.14. Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.15. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo.

2.16. Reserva legal

Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota 14.2.a).

2.17. Reconhecimento da receita

i) Receita de comercialização de energia

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis,

e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro. As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita pela venda da energia elétrica gerada pela Usina de Queimado, assim como os custos correspondentes decorrentes da geração da energia elétrica, é reconhecida pelo regime de competência, na proporção de sua participação como consorciada, sendo comercializada por meio de contratos bilaterais com comercializadores de energia elétrica.

ii) Receita em realização de prestação de serviços

A receita proveniente da prestação de serviços administrativos e financeiros para o Consórcio CEMIG-CEB é reconhecida de acordo com o período de realização dos serviços.

2.18. Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC novas

e revisadas

i) Novas normas, alterações e interpretações

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01/01/2020. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e normas impactadas	Correlação IASB	Data de publicação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 14 Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceitual Framework)	Conceitual Framework	10/12/2020	01/01/2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15 Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros	IFRS 9	06/03/2020	01/01/2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16 Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) – Arrendamentos	IFRS 16	07/07/2020	01/01/2020	Sem impactos relevantes

ii) Normas a partir de 2021

A partir de 01/01/2021, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e normas impactadas	Correlação IASB	Previsão de publicação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17				
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2)-				
Arrendamentos CPC 48-Instrumentos				
Financiamentos				
IFRS 16 e 9	11/02/2021	01/01/2021	Sem impactos relevantes	

2.6. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 05 de março de 2021.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa		Aplicações Financeiras	
31/12/2020	45	31/12/2019	2
12.530	12.485	12.471	12.473

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados em instituição financeira nacional de grande porte, com possibilidade de resgate a qualquer tempo com remuneração de 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDLI. De acordo com a legislação do Distrito Federal, a Companhia está obrigada a fazer as suas aplicações financeiras somente no BRRB.

4. Concessionários e permissionários (Contas a receber)

Suprimento de Energia		Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCBE	
31/12/2020	2.216	31/12/2019	2.186
5.308	3.092	3.119	933

O prazo de recebimento do faturamento mensal ocorre em três parcelas que vencem no dia 15 e 25 do mesmo mês de comercialização da energia e no dia 5 do mês subsequente. O Contas a receber de Suprimento de energia é integralmente mantido com Distribuidoras de energia elétrica, com as quais a Companhia mantém contratos de venda de energia de longo período de duração. A Companhia entende ser desnecessária a constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2020, uma vez que os créditos foram integralmente recebidos, via evento subsequente.

O saldo a receber de R\$ 3.092 mil junto à CCBE, refere-se aos resultados positivos apurados pela Companhia no âmbito do Mercado de Curto Prazo – MCP que não foram liquidados financeiramente devido à inadimplência dos agentes de mercados. Caso não seja integralmente liquidado financeiramente, este valor ficará como crédito da Companhia para compensação com futuros déficits de geração de energia.

5. Repactuação do Risco Hidrológico

A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do risco hidrológico, estabelecida através da Lei 13.203/2015, regulamentada pela Resolução Anel nº 684/2015, para contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como é o caso da CEB Participações S.A. Assim, a Companhia transferiu parte deste risco para os consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A Companhia aderiu o produto SP-91, em que a possui proteção para déficits de geração de energia do MCP superiores a 9%, sendo que para déficits até este nível a Companhia tem a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados.

O valor de R\$ 925 mil em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 76 mil no Ativo circulante e R\$ 849 mil no Ativo não circulante (R\$ 1.001 mil – 31/12/2019, R\$ 76 mil no Ativo circulante e R\$ 925 mil no Ativo não circulante), é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684/15 para fazer frente às perdas do Mercado de Curto Prazo do ano de 2015 e que está sendo utilizado para compensação do prêmio de seguro a pagar da Repactuação do Risco Hidrológico até 17 de dezembro de 2032, data final da concessão. O saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução da ANEEL e está sendo amortizado linearmente no resultado do exercício.

6. Empréstimos concedido a parte relacionada

Em 15 de agosto de 2016 a companhia realizou operação de mútuo com a Corumbá Concessões S.A., no valor de R\$ 192 mil, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá em reunião realizada em 2 de agosto de 2016, com prazo de 60 meses para recebimento, com carência de pagamento de 36 meses, correção monetária pelo IGP-M e juros de 1% ao mês.

Em 2017 Companhia realizou uma nova operação de mútuo com a Corumbá S.A., no valor de R\$ 385 mil, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá em reunião realizada em 9 de novembro de 2017, este com prazo de 42 meses e carência de 18 meses, correção monetária dada pela taxa de 128% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

Conforme aprovado pelo conselho de Administração de Corumbá Concessões S.A em reunião realizada em 24 de março de 2020, foi deliberada a quitação antecipada dos contratos de mútuos formulados pela acionista C&M Engenharia LTDA, tendo em vista o encerramento de suas atividades comerciais em 1 de março de 2020. Por conseguinte, a Diretoria se posicionou pelo tratamento equânime a todos os acionistas propondo o pagamento de 2/3 (dois terços) de todo o saldo devedor dos mútuos existentes, quitando primeiramente a totalidade dos mútuos realizado no ano de 2016. Dessa forma, foi pago à CEB Participações S.A, o montante de R\$ 361 mil, sendo R\$ 248 mil para quitação total do contrato de mútuo de 2016 e R\$ 113 mil, para quitação parcial do mútuo de 2017.

Em função destas quitações antecipadas e amortizações mensais, resta a receber em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 56 mil, no Ativo circulante (R\$ 592 mil – 31/12/2019, R\$ 389 no ativo circulante e R\$ 203 mil no ativo não circulante).

7. Investimentos

a) Avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial

A CEBPar possui atualmente participação de 1,5355% (1,5172% em 31/12/2019 na empresa Corumbá Concessões, S.A. (“Corumbá”), que foi fundada em 06 de setembro de 2000 com o objetivo de constituir o



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
S/A Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, no Rio Corumbá, localizado no Município de Luziânia – GO, com prazo de duração de 35 anos, prorrogável de acordo com os termos do Contrato de Concessão nº 93/2000-ANBEL, com potência instalada de 129,6 megawatts de energia não poluente e renovável.

i. Aquisição de Ações de Corumbá Concessões S.A. em 2020

O sócio detentor de 50% da empresa C&M, que por sua vez é detentora de 17.103.426 Ações Ordinárias de Corumbá Concessões S/A, equivalente a 5,8592% de participação das Ações Ordinárias e 1,9532% de participação do total de ações da investida (considerando as ações ordinárias e preferenciais), informou em 30 de março de 2020 o interesse em alienar o quantitativo de ações de sua propriedade (8.551.713 ações ordinárias) para a acionista SERVENG CIVILSAN, paralelamente ao fato, solicitava que os demais acionistas renunciassem ao direito de exercer a aquisição das ações proporcionalmente as suas respectivas participações acionárias.

A Administração do Grupo CEB optou por exercer a sua preferência para adquirir parte das ações dentro das respectivas participações acionárias da Companhia Energética de Brasília S/A e CEB Participações S/A. Para determinação do preço das ações, foi utilizado o Patrimônio Líquido de Corumbá Concessões em 29 de fevereiro de 2020, que apresentava o valor de R\$ 332.293.925,89, sendo que o valor patrimonial unitário por ação foi de R\$0,379.

Conforme Resolução de diretoria nº 15, de 3 de maio de 2020, e Ata 77ª Assembleia Geral Extraordinária do Acionista Único da CEB Participações S.A., realizada em 13 de maio de 2020, ficou definido a aprovação da compra das ações, dado que a operação foi vista como vantajosa em função do potencial que representa o negócio de Corumbá Concessões para o Grupo CEB.

Dessa forma, o total de ações adquiridas pela CEB Participações foi de 160.342 que perfazem R\$ 60.846,97, que será liquidado da seguinte forma: i) R\$ 42.186,76 (quarenta e dois mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos) na data do exercício do direito de preferência; e ii) 10 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.866,02 (mil, oitocentos e sessenta e seis reais e dois centavos) sendo o vencimento da 1ª parcela na data da transferência das ações ofertadas, mediante a lavatura e assinatura dos livros da Sociedade, fato que ocorreu em 11 de maio de 2020. Consequentemente, a CEB Participações S/A teve aumentado a sua participação acionária na empresa de 1,5172% para 1,5355% aumentando também o total de ações para 13.445.342, sendo 6.802.842 de Ações Ordinárias e 6.642.500 Ações Preferenciais Nominativas da Classe “A”.

O novo quadro societário e demonstrado a seguir:

EMPRESA	DISTRIBUIÇÃO ANTERIOR				NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL			
	ACÇÕES [ON]	ACÇÕES [PN]	ACÇÕES PN [B]	TOTAL	%	Movimentação ações ON	ATUALIZADO	%
SERVENG	152.460.747	-	261.401.094	413.861.841	47,26%	4.995.058	418.856.899	47,83%
CEB	78.199.051	-	-	281.398.994	32,14%	3.396.313	284.795.307	32,52%
C&M	17.103.426	-	-	17.103.426	1,95%	(8.551.713)	8.551.713	0,98%
CAESB	12.500.000	-	-	50.000.000	5,71%	-	50.000.000	5,71%
TERRACAP	25.000.000	-	-	99.999.999	11,42%	-	99.999.999	11,42%
CEBPAR	6.642.500	-	-	13.285.000	1,52%	160.342	13.445.342	1,54%
TOTAL	291.905.724	322.342.442	261.401.094	875.649.260	100%	-	875.649.260	100%

Os principais números do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e da Demonstração do resultado da investida são assim apresentados:

Balanco Patrimonial

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Circulante	40.565	48.005
Não Circulante	553.742	598.041
Realizável a Longo prazo	31.596	59.500
Imobilizado	516.414	532.412
Intangível	5.732	6.129
Passivo	594.307	646.046
Circulante	107.772	96.521
Debêntures a pagar	71.935	72.180
Outros passivos circulantes	35.837	24.341
Não Circulante	107.425	228.721
Debêntures a pagar	71.894	143.743
Provisão para causas judiciais	2.827	48.732
Outros passivos não circulantes	32.704	36.246
Patrimônio Líquido	379.110	320.804
	594.307	646.046

Demonstração do Resultado do Exercício

Receita Líquida	188.625	186.122
(-) Custo com geração de energia e operação	(49.535)	(52.218)
Lucro Bruto	139.090	133.904
(-) Despesas Operacionais Líquidas	22.206	(71.261)
Resultado Operacional	161.296	62.643
Resultado financeiro líquido	(14.365)	(31.852)
Lucro antes de impostos	146.931	30.791
Impostos	(49.547)	(10.515)
Lucro Líquido do período	97.384	20.276

As demonstrações financeiras da Corumbá Concessões referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram uma Opinião sem ressalva em 5 de março de 2021.

A parcela da CBBPar do Imobilizado e Intangível do Consórcio é alocada em seu Balanço patrimonial

Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa	884	487
Créditos com consorciadas	993	773
Outros	66	66
Imobilizado e Intangível	110.506	112.355
Passivo + Patrimônio Líquido	112.449	113.681
Fornecedores	1.526	1.125
Impostos e Contribuições sociais	37	91
Outras provisões	15	8
Concessão Onerosa	3.626	3.925
Provisão contingencial	13.524	12.904
Patrimônio líquido	93.721	95.628
	112.449	113.681

Conforme mencionado na Nota nº 1.3, a Companhia é parte do Consórcio CEMIG – CEB responsável pela exploração do potencial hidroelétrico UHE Queimado juntamente com a CEMIG GT S.A. Os principais grupos

b) Operação controlada em conjunto – Consórcio CEMIG - CEB

Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.558
Equivalência Patrimonial	389
Dividendos a Receber	(29)
Outros resultados Abrangentes	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.867
Equivalência Patrimonial	1.496
Recebimento de Dividendos	(459)
Dividendos a Receber	(144)
Compra de Ações	61
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.821

A movimentação deste investimento está demonstrada como segue:

As principais despesas do Consórcio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são assim apresentadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Operação e Manutenção	3.279	4.022
Meio Ambiente	2.483	2.814
Seguro de Risco Operacional	245	267
Administrativo	1.690	1.625
Projetos	1.008	1.871
Outros	1.305	830
	10.010	11.429

As principais variações das despesas relacionados ao Consórcio CEMIG – CEB estão apresentadas a seguir:

- Operação e Manutenção: a diminuição da despesa quando comparada com o mesmo período do ano anterior, foi motivada pela redução de 23% com a nova licitação para Serviços Mantenedores de O&M realizada no segundo semestre de 2019, além das despesas extraordinárias que ocorreram no primeiro semestre de 2019 e não se repetiram em 2020, como é o caso da reconstrução da passagem molhada e complementação do sistema de drenagem onde esta situada a usina de UHF-Queimado.
- Meio ambiente: a redução quando comparado com o mesmo período em 2019, foi ocasionada pelo menor volume de contratações de serviços com o objetivo de atender questões ambientais de reflorestamento;
- Projetos: São gastos com projetos administrativos e manutenção de máquinas e equipamentos, realizados de forma sazonal a fim de atender as legislações vigentes. Nesse cenário a redução quando comparado com o mesmo período do ano anterior, se deve mediante proteção anticorrosiva da tálha elétrica da Câmara de equilíbrio, equipamentos adjacentes e revisão periódica de segurança de barragens e diques que ocorreram em 2019; e
- Outros: Desembolsos de pequenas despesas (regime de caixa), pagamento de parcelas mensais com taxa de contribuição O.N.S. (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e desembolso com Investimentos realizados na Usina.

**CEB PARTICIPAÇÕES S.A.**

S/A Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

8. Imobilizado

Em atendimento ao NBC TG 27 (R4) que trata do Ativo imobilizado, a Companhia reconhece no seu ativo não circulante os bens na proporção da sua participação no Consórcio CEMIG – CEB, assim como os bens da Administração em Serviço que trata do imobilizado da CEB Participações. As movimentações das contas do ativo imobilizado para os exercícios de 2019 e de 2020 ocorreram como segue:

	Taxa anual de depreciação em %	Saldo em 31/12/2018	Movimentações 2019			Saldo em 31/12/2019	Movimentações 2020			Saldo em 31/12/2020
			Adições	Depreciação			Adições	Depreciação		
Geração em Serviço:										
Terrenos		3.087	346	-		3.433	97	-		3.530
Reservatório, Barragens e Adutoras	2% a 3,3%	11.471	33	-		11.504	1	-		11.505
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2% a 4%	4.952	-	-		4.952	-	-		4.952
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	8.863	50	-		8.913	32	-		8.945
Móveis e Utensílios	10%	32	-	-		32	-	-		32
		28.405	429	-		28.834	130	-		28.964
		(9.744)	-	(677)		(10.421)	-	(679)		(11.100)
(-) Depreciação Acumulada:		(9.744)	-	(677)		(10.421)	-	(679)		(11.100)
Geração em Curso:										
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	-	-	-		-	314	-		314
		-	-	-		-	314	-		314
Transmissão em Serviço:										
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	942	-	-		942	-	-		942
		942	-	-		942	-	-		942
(-) Depreciação Acumulada:		(373)	-	(26)		(399)	-	(26)		(425)
		(373)	-	(26)		(399)	-	(26)		(425)
Administração em Serviço:										
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	102	28	-		130	11	-		141
Móveis e Utensílios	10%	47	-	-		47	-	-		47
		149	28	-		177	11	-		188
		(102)	-	(9)		(111)	-	(7)		(118)
		(102)	-	(9)		(111)	-	(7)		(118)
(-) Depreciação Acumulada:		19.277	457	(712)		19.022	455	(712)		18.765

a) Adições 2020:

Conforme contrato nº 18/2019 e processo nº 42/2019, fez-se a contratação da empresa ALTUS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO S.A., para substituição total do Sistema Supervisório da Usina Hidroelétrica de Queimado (UHE Queimado), o Investimento encontra-se em curso, com prazo de conclusão em 390 dias e valor global de R\$ 1.890.000,00 (Um milhão trezentos e noventa mil reais), os desembolsos ocorrerão de acordo com o progresso do serviço e obedecendo as cotas de participação de cada consorciada 82,5% CEMIG GT e 17,5% CEBPAR respectivamente, no primeiro semestre de 2020, conforme cronograma de desembolsos, foram realizados a elaboração de planos diretores e estudo de viabilidade e organizacional e início da obra, no montante de R\$ 1.795 mil, sendo R\$ 314 mil referentes à cota parte da CEB Participações S.A.

9. Intangível

Corresponde ao direito de uso da área onde se encontra a usina do UHE Queimado. A movimentação do ativo intangível para os exercício de 2019 e de 2020 foi como segue:

Taxa anual de depreciação em %	Saldo em 31/12/2018	Movimentações 2019		Saldo em 31/12/2019	Movimentações 2020		Saldo em 30/06/2020
		Adições	Amortização		Adições	Amortização	
	1.560	-	-	1.561	-	-	1.561
	(790)	-	(64)	(854)	-	(63)	(917)
	770	1	(64)	707	-	(63)	644

O valor de R\$ 1.561 refere-se à parcela proporcional do valor do direito relacionado ao Uso do Bem Público – UBP do empreendimento UHE Queimado, que é apresentado pelo custo histórico do encargo regulatório, referente ao direito do Consorcio na exploração do potencial hidroelétrico do Rio Preto.

10. Contas a pagar

O saldo de contas a pagar está sendo apresentado pelos valores conhecidos ou estimados até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável. O saldo pode ser assim demonstrado:

Encargos do uso do sistema de transmissão		Fornecedores de serviços	
31/12/2020	110	31/12/2019	97
31/12/2020	189	31/12/2019	121

Os Encargos de uso do sistema de transmissão, referem-se aos custos de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

11. Impostos e contribuições sociais

Estão representadas pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL a pagar	265	226
PIS e COFINS	73	68
INSS	37	34
IRRF	27	24
Outros	10	11
	412	363

12. Pesquisa e Desenvolvimento

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento estão assim demonstrados:

	31/12/2020	31/12/2019
Projeto e desenvolvimento - Recursos próprios	693	597
FNDCT	14	13
MME	7	7
	714	617

O saldo em aberto de P&D decorre de provisão mensal para pagamentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – FNDCT e Ministério de Minas e Energia – MME, que representa R\$ 14 mil e R\$ 7 mil respectivamente em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 13 mil e R\$ 7 mil – 31/12/2019), e Projeto e desenvolvimento de R\$ 693 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$597 mil – 31/12/2019) que deverão ser aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento pela Companhia, sendo que este passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a aprovação por parte da ANEEL do projeto executado.

No dia 05 de julho de 2018, foi publicado no DODF um Termo de Cooperação Técnica de P&D que conta com a participação da CEB Distribuição S/A, CEB Participações S/A, Universidade de Brasília – FUB e intervenção administrativa da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC. O termo tem vigência de 29 meses com valor Global de R\$ 2.523 mil, sendo que a cota parte de CEB Participações será de R\$500 mil até o fim do projeto.

Mensalmente a CEB Participações faz desembolsos frequentes a este Projeto, sendo que o valor dispendido é registrado em conta específica na conta Serviços em cursos, no Ativo circulante, sendo que após o seu término o Projeto será remetido para avaliação da ANEEL que, após aprovação, possibilitará à CEB Par a contração dos valores investidos com a obrigação no passivo. O valor do investimento até 31 de dezembro de 2020 é R\$ 460 mil.

Por outro lado, recentemente o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 998, de 1º de setembro de 2020, na qual, entre outras questões, ficou determinado que o passivo não utilizado no programa P&D da das empresas de energia, incluindo a CEBPar, registrados até 31/08/2020 seja repassado a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) deduzindo os seguintes valores:

- Valores previstos a desembolsar em projetos em andamento e/ou já aprovados na empresa. Entende-se como aprovados aqueles que já tem autorização da Diretoria e documento formal de aprovação.

b. Valores previstos a desembolsar com contratações de consultorias dentro dos programas de P&D. A MP 998/2020 ainda prevê que a partir de 01/09/2020, o valor até então destinado para programas de P&D, que corresponde à 0,4% da ROL, será dividido e 70% deste montante será destinado para este fim e os outros 30% serão repassados à CDE no período de 2021 a 2025. A Companhia acompanhará o assunto e, caso seja sancionada pelo Presidente, aguardará regulação por parte da ANEEL em especial sobre o recolhimento do saldo registrados até 31/08/2020.

13. Outras Obrigações

Coligadas e controladas		Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		Outras	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
268	183	71	46	33	27
372	256				

a) Coligadas e controladas: Decorre de valor a pagar pela Companhia ao Consórcio CEB-CEMIG referente à sua quota parte das despesas já provisionadas pelo consórcio em cada data-base.

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é de R\$ 21.270 mil, que está dividido em 21.270.414 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Todas as ações são de propriedade da Companhia Energética de Brasília – CEB.

14.2. Reserva de lucros

a) Reserva legal: é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva Legal		Dividendos adicionais propostos	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
4.254	4.157	7.617	7.409
11.871	11.566		

b) Dividendos adicionais propostos: Os dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no patrimônio líquido, em conta específica, até a deliberação da assembleia geral dos acionistas, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ITG 08. A Diretoria da companhia deliberou em 2020 a distribuição integral dos dividendos adicionais propostos de 2019.

c) Dividendo mínimo obrigatório (Passivo Circulante): A Companhia distribui anualmente o lucro líquido deduzida da importância destinada à constituição da reserva legal. Em 2020 a Companhia apurou R\$ 15.331 mil de lucro, dos quais R\$ 97 mil foram destinados à constituição da Reserva legal, restando R\$ 15.234 mil, deste saldo líquido metade representam o dividendo obrigatório no montante de R\$ 7.617 mil, a outra metade são dividendos adicionais que ficam no patrimônio líquido aguardando aprovação da administração para futura distribuição.

15. Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Receita Operacional Bruta	22.061	28.009
Venda de Energia Elétrica	19.086	18.442
Comercialização Energia ACL (a)	-	4.930
Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE (b)	2.053	3.753
Prestação de Serviços	922	884
Dedução da Receita Operacional	(1.782)	(1.866)
PIS	(143)	(182)
COFINS	(662)	(840)
ISS	(46)	(44)
P&D	(196)	(256)
Taxa de Fiscalização ANEEL + UBP	(187)	(183)
Compensação financeiras pelo uso de recursos hídricos	(548)	(361)
Receita Operacional Líquida	20.279	26.143

a) Comercialização ACL: Em função do excesso de energia no MRE em 2019, a Companhia realizou a venda direta no ACL de 3.365 MWh em março/19 e 14.880 MWh em agosto/19, com ligeiro deságio em comparação ao PLD, todavia com realização financeira imediata. Esse fato não se repetiu no em 2020, pois os preços estavam bem abaixo da tarifa média dos contratos de venda de energia, ou seja, abaixo da faixa de R\$240,00/MWh, dessa forma, tornou-se inviável a venda de energia no ACL.

b) Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE: A variação ocorrida entre os períodos de 2020 e 2019, foi devida ao aumento da receita perante a CCEE que ocorreu no 1º semestre de 2019, esse fato ocasionou uma melhoria na geração de energia no âmbito do MRE. Os saldos foram contabilizados de acordo com as informações disponibilizadas pela CCEE.

16. Custo com energia elétrica e operações

Despesas Relacionadas com UHE Queimado (a)	(2.015)	(2.299)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (b)	(42)	(3.774)
Custo pelo Uso do Sistema de Transmissão	(1.256)	(1.187)
Depreciação	(712)	(712)
Amortização	(64)	(64)
Prêmio de Seguro - Repatuação Risco Hidrológico	(76)	(76)
Contribuição Compulsória CCEB	(10)	(10)
	(4.175)	(8.122)
	31/12/2020	31/12/2019

a) Despesas Relacionadas com UHE Queimado: O valor de R\$ 2.015 mil, em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.299 mil – 31 de dezembro de 2019) são referentes às despesas proporcionais do Consórcio CEMIG – CEB, de responsabilidade da CEBPar. Alguns gastos são realizados de forma sazonal obedecendo as legislações vigentes com o objetivo de atender questões ambientais de reflorestamento dentre outras, desta forma podem ocorrer variações entre um período e outro.

b) Energia Elétrica Comprada para Revenda: A expressiva variação que ocorreu entre os exercícios de 2019 e 2020, se deve por uma estratégia da companhia em reduzir os valores do Contas a Receber referente a inadimplência do mercado do curto prazo. Em contrapartida à essa compra de energia, a empresa realizou uma venda no ACL nos meses março e agosto de 2019, conforme mencionado na Nota 15 a).

17. Gerais e administrativas

Pessoal e Encargos	(1.635)	(1.496)
Serviços de Terceiros	(573)	(557)
Reversão de despesas	78	-
Outras despesas	(31)	(416)
	(2.161)	(2.469)
	31/12/2020	31/12/2019

Os desmembramentos com Pessoal e Encargos estão descritos nas notas a seguir:

Despesa com administradores	(396)	(118)
Remuneração de Diretores	(111)	(379)
Encargos Sociais - Diretores	-	(17)
Benefício Sociais Diretores	(157)	(136)
Remuneração de Conselheiros	(31)	(27)
Encargos Sociais - Conselheiros	(702)	(670)
Despesa com pessoal cedido e emprego em comissão	(275)	(274)
Pessoal cedido	(658)	(552)
Empregados em Comissão	(933)	(826)
	(1.635)	(1.496)
	31/12/2020	31/12/2019

18. Receitas Financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Rendimento de Aplicações Financeiras	367	474
Receitas Financeiras pelo Contrato de Mútuo	24	67
Reconhecimento de Receita Financeira - FIP (a)	142	114
Atualizações Monetárias sobre Crédito Tributário	-	36
Outras Receitas Financeiras (b)	468	218
Total	1.001	909

- a) Receita Financeira – FIP: O saldo da rubrica Reconhecimento de Receitas Financeiras são atualizações de um Certificado de Depósito Bancário (CDB – Panamericano) descrito na Nota 23.
- b) Outras Receitas Financeiras: A variação se deve principalmente pela atualização monetária referente ao mercado de curto prazo.

19. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia é tributada com base no Lucro Presumido em cada período trimestral de apuração, sendo 8% da receita para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social. Sobre as bases são aplicadas as alíquotas vigentes, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 60 mil por trimestre e 9% para a Contribuição social, calculada sobre a mesma base. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor total do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social foi de R\$ 1.068 mil e (R\$ 1.216 mil em 31/12/2019).

20. Partes relacionadas

Ativo			
Balanco Patrimonial	Parte Relacionada	Natureza	31/12/2020
Serviços Prestados (a)	Consórcio CEMIG/CEB	Serviços Administrativos	72
Investimentos (b)	Corumbá Concessões S.A.	Investimento Permanente	5.821
Empréstimo (c)	Corumbá Concessões S.A.	Mútuo	56
Usina (d)	Consórcio CEMIG/CEB	Imobilizado e Intangível	19.338
Total			25.287
			25.191
Passivo			
Balanco Patrimonial	Parte Relacionada	Natureza	31/12/2020
Outros (e)	CEB Distribuição S.A	Pessoal à Disposição	15
Outros (f)	Consórcio CEMIG CEB	Despesas a reembolsar	268
Total			283
			197

Demonstração do Resultado

Balanco Patrimonial	Parte Relacionada	Natureza	31/12/2020
Receita (g)	Consórcio CEMIG CEB	Serviços Prestados	922
Receita (h)	Corumbá Concessões S.A.	Encargos de Mútuo	24
Despesa (i)	Consórcio CEMIG CEB	Despesas – cota parte	(2.015)
Total			(1.069)
			(1.348)

a) Serviços prestados: A CEB Participações S.A. tem um contrato de prestação de serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, conforme processo de nº 14/2016, assinado em 1º de dezembro de 2016, que tem por objeto a gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica do Consórcio. O preço global dos serviços prestados é de R\$ 4.910 mil para o período de 5 (cinco) anos, sendo que deste total, 82,5% (R\$ 4.051 mil) serão pagos pela CEMIG GT à CEB Par, em 60 parcelas mensais, sendo reajustado anualmente pelo índice do IGP-M/IBGE.

b) Investimentos: Representa a participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A., conforme demonstrado na (Nota 7.a).

c) Empréstimos: Mútuo com a Corumbá Concessões S.A. no valor de R\$ 56 mil, conforme mencionado na (Nota 6);

d) Usina: Refere-se à participação da CEBPar no imobilizado e intangível do Consórcio CEMIG-CEB; Outros – CEB Distribuição: Refere-se à cessão de funcionário da CEB Distribuição S.A. à CEB Participações S.A.;

f) Outros – Consórcio CEMIG CEB: Representam os valores a pagar das obrigações assumidas pelo Consórcio CEMIG-CEB, conforme sua cota parte no empreendimento, que é de 17,5%;

g) Receita – Consórcio CEMIG CEB: Trata-se da receita auferida pela CEB Participações S.A., relativa à prestação dos serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, cujo aporte financeiro é realizado pela CEMIG GT.

h) Receita – Corumbá Concessões S.A.: Refere-se à receita financeira auferida dos rendimentos dos empréstimos de mútuo com a Corumbá Concessões S.A.;

i) Despesas – Consórcio CEMIG CEB: Trata-se da cota parte da CEB Participações S.A. (17,5%), nos aportes financeiros para cobrir as despesas referentes às atividades do Consórcio CEMIG-CEB.

21. Gestão de riscos

21.1. Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

21.2. Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente a todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. O mercado de produção de energia por meio do Consórcio e da venda pela CEBPar apresenta oscilações de preços de energia em função, principalmente, de anormalidade hídrica ocorrida nos dois últimos anos e dos preços de mercado. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía riscos de mercado associados à dívida.

21.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionários e Permissões – Contas a receber (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2020, tem Equivalentes de Caixa que corresponde a uma aplicação financeira que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa. Para as Contas a Receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia produzida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas que são parte do sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação dos reservatórios.

21.4. Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto às Concessionárias e Permissões e de Equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Adicionalmente, o único cliente é também sócio controlador.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A Administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Todavia, o risco não é relevante em função da Administração localizar os seus recursos financeiros basicamente em Instituições financeiras de grande porte, com baixo risco, baseadas nas agências avaliadoras de risco.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21.5. Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL

A CEBPar é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita a uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas

pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo.

21.6. Risco em Participações acionárias

Conforme mencionado na Nota nº 7.a, a CEBPar possui participação de 1,5355% na Corumbá Concessões S.A., empresa coligada através de controle comum de outra empresa do mesmo grupo econômico. Este ativo será recuperado somente se a empresa investida gerar lucros em montantes suficientes para compensar o capital investido. A CEBPar avalia anualmente se há indício de irreversibilidade deste ativo a fim de constituir possível provisão para *impairment*. Até o momento, baseados nas projeções elaboradas pela Administração da Corumbá Concessões, a CEBPar não verificou necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

22. Provisões contingenciais e Passivos contingentes

a) Provisões contingenciais

O saldo de Provisões contingenciais pode ser assim demonstrado:

Provisão de indenização - Consórcio CEMIG - CEB		Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E	
31/12/2020	31/12/2019	Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E	Auto de Infração (AI) nº 9095894 série E
1.958	1.860	12	386
2.367	2.258	397	

O saldo da provisão contingencial de R\$1.958 mil em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 1.860 mil em 31 de dezembro de 2019 refere-se exclusivamente ao reconhecimento de uma obrigação decorrente de uma ação judicial de desapropriação em dois processos judiciais, o primeiro sobre o nº 0275145-71.2005.8.09.0036 como o valor de causa de R\$ 1.936 mil e o segundo sobre o nº 0275112-81.2005.8.09.0036 com valor de causa de R\$ 22 mil, em que a CEBPar é ré e se discute o valor da indenização de terrenos que já é parte do empreendimento UHE Queimado (Consórcio CEMIG – CEB) ambos processos pertencem ao mesmo Réu. Os assessores jurídicos da CEBPar entendem que a possibilidade de perda é provável para condenar as consorciadas ao pagamento de valor superior ao depositado anteriormente pelas consorciadas no curso normal da ação. O valor do terreno já foi reconhecido no ativo da Companhia, na parcela que a CEBPar faz jus no Consórcio CEMIG – CEB, considerando que tal terreno já está em uso e gerando benefício econômico futuro à Companhia e, como contrapartida, foi reconhecido um passivo de igual valor para fazer frente à obrigação da CEBPar. Tendo em conta que estes processos judiciais foram iniciados em 2005, o valor da possível condenação englobou os juros e correção de todo período, o que, de certa forma, impactou na relevância das cifras apresentadas a valores atuais.

II - Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E:

O Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E, de 09/05/2018, lavrado em desfavor da Consórcio CEMIG-CEB, onde a autuada deixou de atender condicionantes estabelecidas na Licença de Operação 302/2003 – 2ª Renovação por não encaminhar em tempo hábil ao IBAMA a solicitação de quebra de vazão no trecho de vazão reduzida da UHE Queimado. Em 05/06/2018 foi interposta defesa administrativa requerendo a nulidade do Auto de Infração e subsidiariamente a conversão da pena em compromisso, com desconto de 40% sob o valor

da multa que atualmente encontra-se em análise pelo IBAMA. O valor total originário da penalidade era R\$ 50 mil, (atualizado R\$ 69 mil). Dado o entendimento como “Perda Provável”, junto aos assessores jurídicos da Companhia, foi constituído a provisão para litígios na CEB Participações referente ao Consórcio no valor de R\$ 12 mil.

III - Auto de Infração (AI) nº 9095894 série E:

O Auto de Infração (AI) nº 9095894 série E, de 06/03/2015, lavrado em desfavor da Consórcio CEMIG-CEB, que a autuada deixou de atender condicionantes estabelecidas na Licença de Operação 302/2003 – 1ª Renovação (condicionantes específicas 2.1, 2.2, 2.3, 2.5, 2.6 e 2.13). Nos termos do aludido documento, a penalidade imposta ao Consórcio CEMIG-CEB é o pagamento de multa, foi interposto o recurso administrativo com pedidos subsidiários de conversão em advertência, com diminuição do valor da multa e conversão em Termo de Ajuste de Conduta - TAC. Atualmente se encontra em análise pelo IBAMA. O valor originário da referida era de R\$ 1.167 mil, (atualizado R\$ 2.268 mil). Dado o entendimento como “Perda Provável”, junto aos assessores jurídicos da Companhia, foi constituído a provisão para litígios na CEB Participações referente a sua cota parte no Consórcio no valor de R\$ 397 mil.

b) Passivos contingentes

1) Resolução CNPE 03/2013

O Conselho Nacional de Política Energética emitiu a Resolução CNPE nº 03/2013, que em seus artigos 2º, parágrafo 5º e artigo 3º, estende às empresas geradoras a responsabilidade pelo custeio do acionamento extraordinário - fora da ordem de mérito de custo - da geração de energia elétrica para garantir a confiabilidade do sistema, em razão da revogação da Resolução CNPE nº 08/2007.

A Companhia interpos, conjuntamente com outras empresas do grupo, ação ordinária contra a União, questionando a criação deste novo encargo e obteve antecipação de tutela em 2 de agosto de 2013, excluindo a Companhia do rateio do despacho adicional de recursos energéticos de usina termoeletrica. A Ação judicial defende que a Resolução nº 03/2013, do CNPE, extrapolou os limites do poder regulamentar, violando o princípio da legalidade, pois o CNPE não tem poder de legislar sobre a matéria.

A Justiça Federal de 1ª instância, na 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em Decisão publicada em 12 de maio de 2017, confirmou a antecipação dos efeitos da tutela, deferida em 2013. Posteriormente, com a publicação da Lei 13.360/2016, artº. 10, ficou estabelecido que a partir de 2017, a cobertura de custos resultantes da substituição de energia hidráulica por geração térmica fora da ordem de mérito será feita por meio de encargo específico a ser pago pelo consumidor. Além disso, a ANEEL por meio do Despacho 1.146/2017 determinou à CCEE que, a partir da contabilização de abril/2017, realize-se o rateio do ESS, alocando ao consumidor o total desse custo.

II) Repactuação do risco hidrológico

A Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabeleceu que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, poderá ser repactado pelos geradores, desde que haja anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, regulamentou os critérios de anuência e as condições para a Repactuação do risco hidrológico, tanto para o Ambiente de Contratação Regulada – ACR, quanto para o Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Aprovados os dispositivos legais, a CEBPar e as demais empresas geradoras do mesmo grupo empresarial decidiram aderir à Repactuação do Risco Hidrológico. Uma das condições para adesão ao programa foi a desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração.

Entretanto, somente os agentes que operam no ambiente regulado aderiram à referida Repactuação. Os agentes atuantes no mercado livre avaliaram como inoportuna a repactuação nos termos propostos pela ANEEL, mantendo-se judicializados. Essa situação provocou nova exposição àqueles agentes, atuantes no mercado regulado, que tinham optado pela mencionada repactuação, como a CEBPar.

Em decorrência dessa nova exposição e com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi ajuizada uma ação que resultou no deferimento “Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela”, em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos. Os assessores jurídicos da Companhia classificam como “Possível” a perda dessa ação não requerendo, a constituição de provisão em seu balanço patrimonial.

Considerando a relevância do tema, esse assunto é acompanhado pela administração da Companhia de forma sistemática.

III) Processo Administrativo nº 1012047-13.2017.4.01.3400 - 5ª Vara Federal Civil da SJDF

Declarar a inexistência de pagamento da parcela de tarifa relativa à indenização de que trata o artigo 15 §2º da Lei nº 12.783/2013 - quando da prorrogação da concessão, os agentes (ABRAGEL, CEB Participações e Outras) propuseram ações judiciais que sustentam que os ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 deveriam ser pagos pela União ou com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR em lugar de serem cobrados dos consumidores por meio de inclusão de parcela nas tarifas de transmissão, haja-se no caso da CEB PAR, aumento no valor da Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSDg referentes às centrais geradoras. As ações judiciais solicitam, de forma geral, a revogação da Portaria 120/16.

Não é possível aferir proveito econômico da ação, pois que o cálculo do impacto financeiro para cada agente de geração envolve inúmeras premissas, bases de dados específicas e conhecimento técnico especializado. Além disso permanece judicializada a questão que trata do cálculo da parcela da remuneração da TUST, com discussões e propostas acerca da metodologia para definição deste montante.

Os assessores jurídicos da Companhia classificam como “Possível” a perda dessa ação não requerendo, a constituição de provisão em seu balanço patrimonial.

IV) Processo Administrativo nº 48500004562/2009-64 – ANEEL

A Usina Hidrelétrica de Queimado – UHE - Queimado, que é o negócio do Consórcio CEMIG-CEB, foi autuada em razão de uma “não-conformidade (N.9)” referente a uma disponibilidade de energia declarada incorretamente nos sistemas do ONS, visto que existem valores de indisponibilidade forçada indicados como indisponibilidade programada no Relatório de Avaliação do Desempenho de Manutenção – RAD.

O Consórcio CEMIG-CEB, ajuizou ação em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no processo de nº 0015174-71.2016.4.01.3800 - 1ª VARA FEDERAL, pretendendo a nulidade do despacho sancionador 569/2016, que aplicou sanção de multa no valor de R\$ 503 mil, (atualizado R\$ 846 mil). O valor referente a penalidade encontrada judicialmente proporcionalmente as cotas partes de suas consorciadas, na CEB Participações o valor do depósito judicial foi de R\$ 103 mil.

Indenização por danos materiais pelos prejuízos sofridos com a desvalorização da propriedade dos autores, situada na Fazenda Santa Rita, no lugar denominado Buracos do Tamboril, no município de Unai, decorrente da construção de uma rede de alta-tensão pelo Consórcio CEMIG-CEB (UHE Queimado). Requerem a condenação do Consórcio ao pagamento de quantia correspondente a R\$ 20 mil (atualizado R\$ 21 mil). Em contestação, argumentou-se a existência de autorização para a instalação de linhas, bem como pagamento de indenização, em 2002, pela servidão constituída. Cernig peticionou informando que não desejava mais produzir provas, no entanto, o Juiz determinou a realização de perícia, entendendo que a prova lhe é de interesse. Pende a realização da prova requerida pelos Réus. Os assessores jurídicos da Companhia classificam como “Possível” a perda dessa ação não requerendo, a constituição de provisão em seu balanço patrimonial.

23. Certificado de Depósito Bancário (CDB – Panamericano)

A Companhia possui Certificado de Depósito Bancário (CDB - Panamericano) registrado na CETIP, com o código de Instrumento Financeiro número CDB006026GS com data de emissão 16/01/2006 e com vencimento no dia 18/12/2020 liquidado ao valor de R\$626 mil e possuía como remuneração de IGP-M + 1% a.a.

Apesar do CDB já ter sido liquidado, ainda existe ação judicial em curso, interposta pelos novos controladores do Banco Panamericano (BTG Pactual e Caixa Econômica) questionando a validade do título CDB e o valor pactuado, alegando conluio entre os antigos administradores do Banco Panamericano. Em decisão liminar o juiz reconheceu o ativo como válido. O Tribunal de Justiça de São Paulo, no início da demanda, revogou a decisão liminar proferida na ação cautelar para determinar o pagamento dos títulos em seus respectivos vencimentos, mantendo-se apenas a obrigatoriedade de ciência de terceiros adquirentes da existência da demanda.

O pagamento do título não prejudica ou altera o andamento do feito ou a sua classificação. Isso porque, em caso de procedência da demanda, seja por reconhecimento da nulidade alegada ou por adequação da taxa negociada, podem resultar na obrigação de restituição de parte dos valores pagos pelo Banco Panamericano, a forma de correção e juros dependerá do que for decidido judicialmente.

24. Plano de benefícios a empregados

A CEBPar e demais empresas controladas pela Companhia Energética de Brasília são patrocinadoras da FACEB – Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, entidade fechada, que é um plano destinado a complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores.

O plano adotado é submetido à avaliação anual de Atuario Independente e é denominado “Plano de Contribuição Definida”. O custeio é feito através de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas incidentes sobre a folha de salários da empresa.

Não houve despesas com o plano para o período findo em 31 de dezembro de 2020, por não haver ninguém do quadro efetivo da Companhia Energética de Brasília, em 31 de dezembro de 2019 os gastos com plano ficaram em R\$ 17 mil.

25. Seguros (Não auditada)

A Companhia tem apólice de seguros contratados pela Administração do Consórcio CEMIG-CEB, para cobrir riscos sobre seus ativos, cuja cota parte da CEBPar é de 17,5%.

26. Reconciliação do lucro do período com a geração de caixa operacional

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do período	15.331	15.598
Ajuste ao resultado do exercício	775	776
Depreciação/Amortização		
Equivalência patrimonial	(1.496)	(389)
Reapreciação do risco hidrológico	76	76
CDB Banco Panamericano	(142)	(113)
Outros	(164)	114
Lucro do Exercício Ajustado	14.380	16.062
Variação nos ativos e passivos	(2.046)	1.341
(Aumento) Redução do contas a receber		
(Aumento) Redução outros ativos circulantes	(214)	(101)
Aumento (Redução) de fornecedores e outras contas	68	(51)
Aumento (Redução) salários e encargos sociais	17	17
Aumento (Redução) de impostos e contribuições sociais	49	19
Aumento (Redução) outros passivos	213	25
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	12.467	17.312
Alienação acionária da CEB Participações	(1.913)	1.250
Outros assuntos relevantes	12.467	17.312

a) Alienação acionária da CEB Participações

O Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 que autoriza a CEB Participações S.A. alienar a sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEB-CEMIG. Esta alienação é parte do Plano de desinvestimentos da CEB em empresas de geração de energia elétrica.

Entretanto, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Energética de Brasília – CEB realizada em 19 de junho de 2019, foi deliberado, por maioria de votos, alterar o Plano de Negócios para o período de 2019 e 2023 para sobrestar a alienação das participações em sociedades geradoras de energia, o que inclui a CEBPar, considerando que a Lei supramencionada é autorizativa.

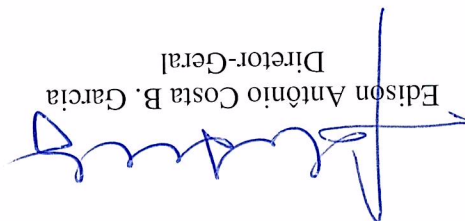
b) COVID-19

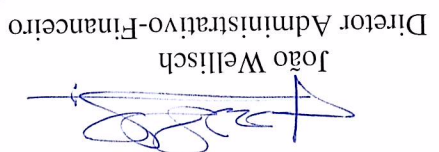
Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo Coronavírus (COVID-19). A Companhia vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações e vem seguindo as recomendações

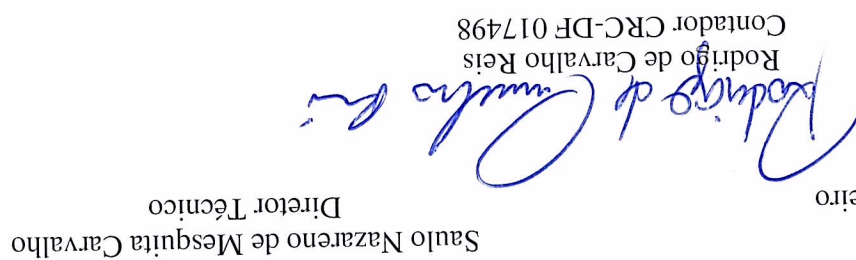


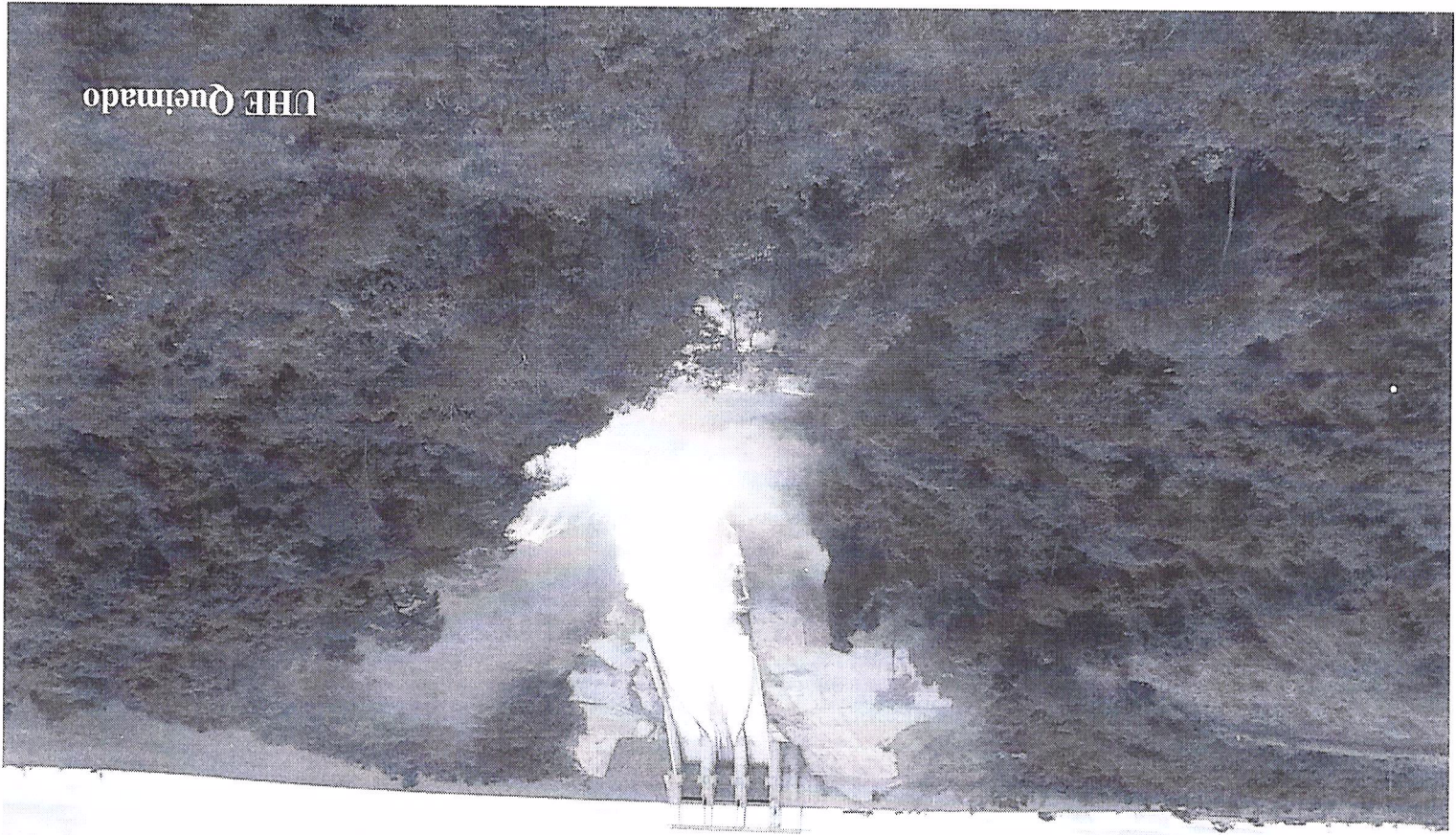
CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
S/A Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença.
Para o período findo em 31 de dezembro de 2020, não houve qualquer impacto da pandemia nas operações da Companhia, todavia, devido ao cenário atípico e de características potencialmente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Companhia. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar.


Edison Antônio Costa B. Garcia
Diretor-Geral


João Wellisch
Diretor Administrativo-Financeiro


Saulo Nazareno de Mesquita Carvalho
Diretor Técnico
Rodrigo de Carvalho Reis
Contador CRC-DF 017498



UHE Queimado

Relatório da Administração 2020



26

1.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	39
2.	PERFIL DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.....	40
3.	GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	41
4.	NOSSOS NEGÓCIOS.....	42
	Consórcio Cemig-CEB.....	42
	Corumbá Concessões S.A.....	42
5.	COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA.....	44
6.	DESPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO.....	45
7.	POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS.....	48
8.	RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES.....	49
9.	RECURSOS HUMANOS.....	49
10.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	49
11	– AGRADECIMENTOS.....	50

SUMÁRIO

CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
S/A Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300





CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
S/A Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

DIRETORES

Edison Antonio Costa B. Garcia – Diretor-Geral

João Wellisch – Diretor Administrativo – Financeiro

Saulo Nazareno de Mesquita Carvalho – Diretor Técnico

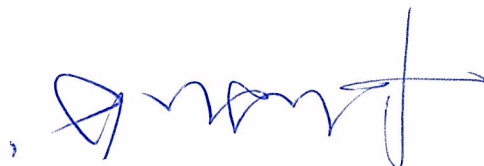
CONSELHEIROS FISCAIS

João Emigdio da Costa e Silva

Marlon Tomazette

Rafael Guaragna Souza

+



A CEB Participações S.A. apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com suas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Neste ano a Empresa balizou suas atividades no Plano de Negócios aprovado pela Administração, alinhado com o planejamento estratégico de sua controladora integral Companhia Energética de Brasília – CEB, que reafirmou o foco na gestão parcimoniosa das despesas e custos operacionais, priorizando o cumprimento dos compromissos assumidos junto aos clientes e fornecedores.

Senhor Acionista,

I. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
S/A Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300





CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
S/A Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

2. PERFIL DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF nos termos da legislação em vigor.

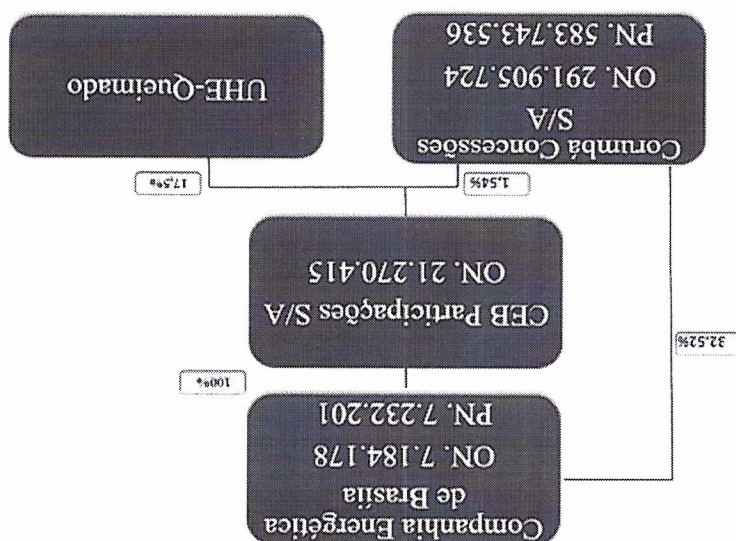
O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos.

Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de concessão.

Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília – CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, da ANEEL. Atualmente, detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cota-parte de energia elétrica produzida na usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unaí/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para várias regiões do território nacional.

Possui, ainda, participação acionária de 1,5355% na Companhia Corumbá Concessões S.A., cujo empreendimento denomina-se UHE Corumbá IV. A usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 Megawatts (MW) médios, e fornece energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO).

A figura a seguir mostra a posição da Empresa no contexto de sua controladora Companhia Energética de Brasília – CEB:



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEB Participações S.A. é estruturada da seguinte forma:

A Assembleia Geral, é o órgão superior de deliberação, tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da companhia e adotar as resoluções que julgar conveniente a sua defesa e ao seu desenvolvimento.

A Diretoria é o órgão executivo da administração, composta por um Diretor-Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, nomeados pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Geral, deliberando com a presença de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Geral ou seu substituto. As deliberações da Diretoria são adotadas por maioria de votos e registradas em ata.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulamentação aplicável, com mandato de um ano, podendo ser reeleitos no máximo por 2 (duas) reconduções consecutivas.

Os Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral da CEB Participações S.A., que fixa a respectiva remuneração, observado os limites legais. As atribuições do Conselho Fiscal encontram-se fixadas na Lei das Sociedades Anônimas e na legislação aplicável.

No ano de 2020, foram realizadas 12 (doze) reuniões do Conselho Fiscal na sede da Empresa, tendo como principal agenda, as aprovações dos balanços trimestrais e do balanço do final do exercício.

Além disso, a CEB Participações S.A. tem assento na Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio Cemig-CEB, função atualmente desempenhada por um de seus Diretores. Para compor o Conselho Deliberativo do Consórcio Cemig-CEB, que possui dois conselheiros titulares e dois conselheiros suplentes, a CEB Participações S.A. indica dois membros, sendo um titular e outro suplente. Os demais membros são indicados pela Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Conselho delibera sobre demandas de interesse do Consórcio, conforme previsto no seu Contrato de Constituição.

4. NOSSOS NEGÓCIOS

Consórcio Cemig-CEB

A Companhia Energética de Brasília – CEB celebrou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de Aproveitamento Hidrelétrico e Sistema de Transmissão Associado, CC nº 006/97, na condição de Produtor Independente, no âmbito do Consórcio Cemig-CEB, em 18 de dezembro de 1997, cabendo à CEB 17,5% dos ativos da UHE Queimado.

A CEB Participações S.A. compartilha a gestão do empreendimento, sendo responsável pela Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio, enquanto que a Cemig Geração e Transmissão S.A. responde pela Diretoria de Operação e Manutenção da Usina, que também inclui a supervisão das atividades de meio ambiente.

Em 2020, 86,08% da Receita Financeira da CEB Participações S.A. dependem da energia gerada pela Usina de UHE Queimado, que produz a energia em que a CEB Participações se beneficia e comercializa, conforme sua cota parte no negócio. A forma de comercialização está descrita no (ITEM 5) deste relatório.

A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004 com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW e energia assegurada de 67,90 MW. No exercício de 2020 a UHE Queimado produziu 63,92 MW médios, ou seja, 94% da sua garantia física (43,34 MW médios gerados no mesmo período de 2019, 64% de sua garantia física).

Corumbá Concessões S.A.

A Companhia Corumbá Concessões S.A. foi fundada em 6 de setembro de 2000 com o objetivo de construir o empreendimento hidrelétrico de Corumbá IV, localizado em Luziânia (GO), e atua na geração de energia elétrica como produtora independente, com potência instalada de

129,6 megawatts de energia não poluente e renovável. O empreendimento possui características de uso múltiplo e destina sua produção ao Distrito Federal.

Os investimentos em Corumbá são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, na prática a empresa se beneficia da investida sempre que o resultado for positivo através dos recebimentos de dividendos.

Até 30 de março de 2020 a Empresa possuía 1,5172% de participação no total de ações da investida, totalizando 13.285.000 ações sendo 6.642.500 de Ações Ordinárias e 6.642.500 Ações Preferenciais Nominativas da Classe “A”.

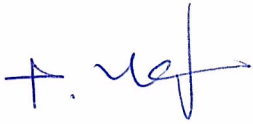
Em 30 de março de 2020, o sócio detentor de 50% da empresa C&M, que por sua vez é detentora de 17.103.426 Ações Ordinárias de Corumbá Concessões S/A, equivalente a 5,8592% de participação das Ações Ordinárias e 1,9532% de participação do total de ações da investida (considerando as ações ordinárias e preferenciais), informou o interesse em alienar o quantitativo de ações de sua propriedade (8.551.713 ações ordinárias) para a acionista SERVENG CIVILSAN, paralelamente ao fato, solicitava que os demais acionistas renunciassem ao direito de exercer a aquisição das ações proporcionalmente as suas respectivas participações acionárias.

A Administração do Grupo CEB optou por exercer a sua preferência para adquirir parte das ações dentro das respectivas participações acionárias da Companhia Energética de Brasília S/A e CEB Participações S/A.

Para determinação do preço das ações, foi utilizado o Patrimônio Líquido de Corumbá Concessões em 29 de fevereiro de 2020, que apresentava o valor de R\$ 332.293.925,89, sendo que o valor patrimonial unitário por ação foi de R\$0,379.

Conforme Resolução de diretoria nº 15, de 3 de maio de 2020, e Ata 77ª Assembleia Geral Extraordinária do Acionista Único da CEB Participações S.A., realizada em 13 de maio de 2020, ficou definido a aprovação da compra das ações, dado que a operação foi vista como vantajosa em função do potencial que representa o negócio de Corumbá Concessões para o Grupo CEB.

Dessa forma, o total de ações adquiridas pela CEB Participações foi de 160.342 que perfazem R\$ 60.846,97, que será liquidado da seguinte forma: i) R\$ 42.186,76 (quarenta e dois mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos) na data do exercício do direito de preferência; e ii) 10 parcelas mensais de R\$ 1.866,02 (mil, oitocentos e sessenta e seis reais e dois centavos) sendo o vencimento da 1ª parcela na data da transferência das ações ofertadas, mediante a lavatura e assinatura dos livros da Sociedade, fato que ocorreu em 11 de maio de 2020. Consequentemente, a CEB Participações S/A teve aumentado a sua participação acionária na empresa de 1,5172% para 1,5355% aumentando também o total de ações para 13.445.342, sendo 6.802.842 de Ações Ordinárias e 6.642.500 Ações Preferenciais Nominativas da Classe “A”.



O novo quadro societário e demonstrado a seguir:

EMPRESA				DISTRIBUIÇÃO ANTERIOR			
AÇÕES [PN]				AÇÕES PN [B]			
SERVENG	152.460.747	-	261.401.094	TOTAL	413.861.841	47,26%	NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
CEB	78.199.051	203.199.943	-		32.14%	47,26%	Movimentação
C&M	17.103.426	-	-		1,95%	47,26%	ações ON
CAESB	12.500.000	37.500.000	-		5,71%	47,26%	TOTAL
TERACAP	25.000.000	74.999.999	-		11,42%	47,26%	ATUALIZADO
CEBPAP	6.642.500	6.642.500	-		1,52%	47,26%	%
TOTAL	291.905.724	322.342.442	261.401.094	875.649.260	100%	47,26%	

Outros Negócios

Além dos contratos de comercialização de energia elétrica, provenientes da UHE Queimado, a CEB Participações S.A. obtém receitas adicionais provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB; da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões e das aplicações financeiras no Banco de Brasília S.A. e Banco Bradesco S.A., atualmente remuneradas a 103% do CDI.

5. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Toda energia produzida na UHE Queimado referente à quota parte da CEB Participações S.A. é comercializada no ambiente regulado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCBE, por meio de leilão, onde as compradoras são as distribuidoras de energia. A Empresa participou do 1º Leilão de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da CCBE, realizado em dezembro de 2005, com período de suprimento compreendido entre 2008 e 2033.

Na ocasião foram formalizados 31 (trinta e um) contratos ativos de comercialização de energia no ambiente regulado. Como produtor independente, participante do Sistema Interligado Nacional e do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, a energia não contratada é transacionada no Mercado de Curto Prazo – MCP.

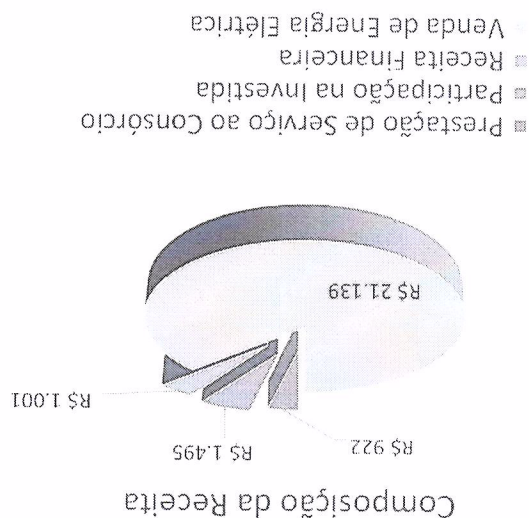
A Energia comercializada nesse ano pela CEB Participações S.A. no Ambiente de Contratação Regulada está discriminada no quadro a seguir, comparada aos valores apresentados nos exercícios anteriores:

Energia Média Comercializada no ACR

Semestres	2017 (MW) Montante	2018 (MW) Montante	2019 (MW) Montante	2020 (MW) Montante
1º Semestre	8,996	9,182	9,061	9,093
2º Semestre	9,005	9,000	8,937	8,912

6. DESPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A receita manteve continuidade dos contratos de venda de energia gerada pela UHE Queimado, que representou a principal fonte de recursos da Empresa, complementada pela prestação de serviços administrativos ao Consórcio Cemig-CEB, pelos resultados da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A. e pelas aplicações financeiras, conforme composição apresentada a seguir:



A receita operacional bruta, composta pela soma das receitas auferidas da venda de energia e da prestação de serviços dos últimos quatro anos estão consignados no quadro a seguir:

	2017	2018	2019	2020
Receita Operacional Bruta	18.151	21.198	28.009	22.061
Receita Operacional Líquida	16.970	19.743	26.143	20.279

A redução da receita operacional bruta de 21,24% em 2020, quando comparado com 2019, foi motivada pelo excesso de energia no mercado de realocação de energia que foi um fato excepcional no exercício de 2019, a Companhia realizou a venda direta no mercado livre de energia de 3.365 MWh em março e 14.880 MWh em agosto de 2019, com ligeiro deságio em comparação ao preço negociado anteriormente, todavia com realização financeira imediata.

Esse fato não se repetiu em 2020, pois os preços de venda de energia, estavam bem abaixo da tarifa média dos contratos, ou seja, dessa forma, tornou-se inviável a venda de energia no mercado livre no ano de 2020.

As receitas provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB, resultaram em R\$ 922 mil.

Prestação de Serviços ao Consórcio	2017	2018	2019	2020
	743	812	884	922

A participação acionária na investida Companhia Corumbá Concessões S.A., mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial, também foi positivo no ano totalizando R\$ 1.496 mil, esse aumento foi motivado pelo poder de recuperação econômico e financeiro da empresa, a tendência e que para os próximos anos se mantenha os bons resultados.

Equivalência Patrimonial	2017	2018	2019	2020
	168	793	389	1.496

A Receita Financeira em 2020, de R\$ 1001 mil, apresentou aumento de 10,12% em relação a 2019 puxada principalmente pela atualização monetária referente a inadimplência da energia comercializada na CCEE⁵.

Receitas Financeiras	2017	2018	2019	2020
Rendimento de Aplicações Financeiras	833	216	474	367
Receitas Financeiras/Contrato de Mútuo	32	86	67	24
Reconhecimento de Receita Financeira FIP	-	152	114	142
Atualizações sobre Crédito Tributário	14	30	36	-
Outras Receitas Financeiras	1	181	218	468

Com relação aos efeitos financeiros e econômicos do déficit anual nas operações de energia no MCP¹, estes foram mitigados, em parte, pela repactuação do risco hidrológico celebrado no final de 2015 e pela estratégia operada pela Empresa durante o ano.

Assim, os gastos de aquisição de energia necessários para adimplir os contratos de comercialização no ACR² sofreram uma expressiva diminuição de R\$ 3.774 mil em 2019 para R\$ 42 mil em 2020, isso se deve pela estratégia da companhia em reduzir os valores do contas a receber referente a inadimplência do mercado de curto prazo em 2019, em contrapartida à essa compra de energia, a empresa realizou também em 2019 venda no mercado livre.

¹ Mercado de Curto Prazo.
² Ambiente de Contratação Regulada.

4

	2017	2018	2019	2020
Energia de Curto Prazo	-2.370	-105	-3.774	-43
Custo do Uso do Sistema de Distribuição	-848	-1.056	-1.188	-1.256

Com relação ao custeio, as principais despesas realizadas durante o ano decorreram de obrigações e encargos setoriais, tais como, compensação financeira por uso de recursos hídricos, compensação financeira por uso do bem público, CUSD²; taxas destinadas à ANEEL³, CCEE⁴, ONS⁵, gastos com liquidações no MCP⁶ de energia elétrica, despesas administrativas de pessoal, material, serviços, etc.

	2017	2018	2019	2020
Receita Bruta de Venda e Serviços	18.151	21.198	28.009	22.061
Venda de Energia Elétrica	17.178	17.731	18.442	19.086
Comercialização Energia ACL	-	-	4.930	-
Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE	230	2.655	3.753	2.053
Prestação de Serviços	743	812	884	922
Deduções da Receita Operacional	-1.181	-1.455	-1.866	-1.782
PIS	-118	-138	-182	-143
COFINS	-545	-636	-840	-662
ISS	-37	-41	-44	-46
P&D	-164	-190	-256	-196
Taxa de Fiscalização ANEEL	-161	-162	-183	-187
Compensação Financeira pelo uso de Recursos Hídricos	-156	-288	-361	-548
Receita Operacional Líquida	16.970	19.743	26.143	20.279

Houve ainda um evento importante relacionado à regulação. O MME⁷ publicou a Portaria nº 178, de 03 de maio de 2017, que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações descritas no relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN". A revisão aumentou em 17,1% o montante da garantia física de energia atribuída à UHE - Queimado, saindo de 58,0 para 67,9 MW Médio, com efeitos positivos que vigoraram nos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

De forma geral, o bom resultado alcançado pela CEB Participações S.A. em 2020 decorreu da comercialização dos contratos de energia elétrica, do controle rígido das despesas operacionais e da priorização de investimentos relevantes ao bom andamento do negócio. Para os próximos anos tem-se a expectativa de estabilização do ciclo hidrológico que somada aos ajustes

² Contrato de Uso do Sistema de Distribuição.
³ Agência Nacional de Energia Elétrica.
⁴ Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
⁵ Operador Nacional do Sistema.
⁶ Mercado de Curto Prazo.
⁷ Ministério de Minas e Energia.

[Assinatura]

regulatórios contribuíram para um melhor resultado e consequentemente melhoras nos indicadores empresariais.

Em suma o quadro abaixo reflete a evolução das Receitas, EBITDA, Lucro Líquido e Patrimônio Líquido, ao final do exercício de 2020, foi apurado um lucro de R\$ 15.331 mil.

	2017	2018	2019	2020
Receita Operacional Bruta	18.151	21.198	28.009	22.061
Receita Operacional Líquida	16.970	19.743	26.143	20.279
Resultado Antes dos Tributos	9.185	15.539	16.814	16.399
EBITDA	9.777	15.704	16.717	16.214
Lucro Líquido (Prejuízo)	8.293	14.621	15.598	15.331
Patrimônio Líquido	26.794	31.529	32.785	33.090

7. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados apresentados pela CEB Participações S.A. estão de acordo com as novas normas de contabilidade e inseridas no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS).

O Estatuto Social da Companhia é omissivo em relação ao percentual de remuneração do dividendo mínimo obrigatório, por esta razão foi aplicado metade do lucro líquido do exercício, conforme preceitua a Lei nº 6.404/76. Assim a destinação do lucro líquido para dividendos mínimos obrigatórios é de R\$ 7.617 mil, e para dividendos adicionais propostos e de R\$ 7.617 mil, este último, por sua vez, encontra-se em conta específica aguardando a Assembleia Geral Ordinária que se aprovado, será transferido para o passivo como dividendos declarados.

A apuração e destinação dos dividendos estão discriminado no quadro a seguir:

APURAÇÃO/DESTINAÇÃO DE DIVIDENDOS		2020
Lucro Líquido do Exercício		15.331
Constituição de Reserva Legal		-97
Base de Cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório		15.234
Dividendo Mínimo Obrigatório – metade		7.617
Destinação para Dividendos Adicionais Propostos		7.617

8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A CEB Participações S.A. adota um sistema de rodízio dos seus Auditores Independentes, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela Teixeira & Associados Auditores Independentes, vencedora do último certame licitatório para a contratação dos serviços de auditoria independente.

9. RECURSOS HUMANOS

Quadro de Pessoal

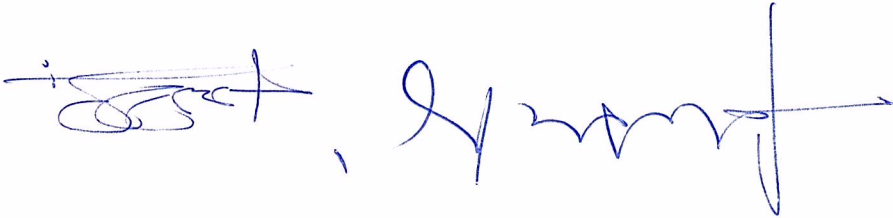
COLABORADORES				
Total (Força de Trabalho)	Diretores sem vínculo efetivo	3	3	3
	Requisitados da CEB Distribuição S.A.	1	1	1
	Emprego em Comissão*	3	3	5
	Conselheiros sem vínculo efetivo	2	3	3
*Reapresentado.				
Emprego em comissão*- Funcionário afastado por Auxílio Doença desde de 2014.				
2017	2018	2019	2020	12

10. CONTEXTO OPERACIONAL

O ano de 2020 também manteve o cenário hidrológico desfavorável dos últimos anos, persistindo uma hidrologia com registros abaixo do histórico médio o que impactou diretamente nas usinas de todo o grupo CEB ao ficarem expostas a um Ajuste do MRE ou Generation Scalling Factor - GSF de 80,1%.

Mesmo com o desafio do cenário hidrológico de 2020, a CEB Participações conseguiu mitigar parte desse impacto no resultado por meio das estratégias de repactuação do risco hidrológico e sazonalização uniforme dos contratos.

A Companhia seguiu gerindo seu hedge continuamente, de forma a acompanhar as oscilações de mercado e se proteger dos impactos do GSF (Generation Scalling Factor) e do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), que causam aos agentes de geração de energia exposição financeira no Mercado de Curto Prazo, tendo reduzido substancialmente, em 2020, os impactos econômicos neste segmento.



A ADMINISTRAÇÃO

Brasília, 5 de março de 2021.

A Administração da CEB Participações S.A. agradece seus clientes, fornecedores e o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, bem como a confiança e o apoio dispensado pelo seu acionista controlador, Companhia Energética de Brasília – CEB, que possibilitaram o alcance do bom desempenho deste exercício.

II – AGRADECIMENTOS

O advento da pandemia COVID-19 trouxe grandes oscilações nos preços, principalmente no período de março a setembro. Houve grande redução da carga no Sistema Interligado Nacional-SIN no período destacado. O PLD médio de 2020 fechou em R\$177,00/MWh, abaixo do preço médio dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, em torno de R\$240,00/MWh. A estratégia de sazonalização e o monitoramento do PLD resultou saldo em positivo na CCEE em 2020.

Assim, de forma inovadora e com responsabilidade, a CEB Participações vem atuando no mercado de energia realizando ações distintas como a venda de energia no curto e médio prazo/liquidação na CCEE, repactuação do risco hidrológico, entre outras, em atendimento à diretiva de conservação do seu hedge de energia, visando mitigar os efeitos da exposição financeira no Mercado de Curto Prazo.